A Fronteira na Antropologia Social: As Diferentes Faces de um Problema

Priscila Faulhaber

Introdução

Os muitos sentidos do termo fronteira levam a apontar a distinção entre diferentes concepções. Quanto se fala em "frente" – seja "de expansão", seja "pioneira" – não se está tratando necessariamente de "linha de fronteira" ou "limites" entre países, dentro de "faixas de fronteira". Acrescente-se a essas duas primeiras concepções o que se entende por "áreas de fronteira", que abrange regiões, zonas ou terras nas "margens" ou "bordas" de Estados nacionais. Esta última concepção é utilizada tanto no sentido físico de separação e integração entre países confinantes, quanto no sentido simbólico de lugares sociais identificados como passíveis de incorporação pelos centros de decisão. Os níveis internos e externos imbricam-se e interpenetram-se. Em trabalhos publicados em língua inglesa, são utilizados, respectivamente os termos *boundary*, *frontier* e *border*. No presente texto, não se trata apenas de traduzir esses termos, mas de fazer um recorte sociológico, dialogando com paradigmas operados em nível internacional.

Este trabalho enfatiza, em particular, a apreensão antropológica da fronteira como um problema de análise que faz realçar sua dimensão simbólica e cultural, como imaginariamente construída. A análise abrange o exame da "cultura de fronteira" que não coincide necessariamente com a "linha de fronteira". Focaliza igualmente termos discursivos constituintes das narrativas identitárias e nacionais que aparecem como marcadores de identidade, associados à etnicidade, e como força que impulsiona atividades econômicas e sociais dos Estados nacionais.

Para Wilson & Donnan (1999, p. 4), em obra que privilegia o estudo de fronteiras entre Estados, a abordagem antropológica das fronteiras nacionais tem por objeto o estudo do poder *em* e *entre* nações e Estados, e inclui os caminhos pelos quais as versões desse poder são incrementadas ou enfraquecidas, com referência particular às culturas e às identidades de fronteira. As áreas de fronteira aparecem, aos olhos dos representantes dos Estados nacionais, como um lugar de subversão ou abuso de poder. Aparecem tanto como agente e fonte do poder de Estado, quanto como efeito dos processos de globalização, internacionalização e supra-nacionalização. Destacam-se os aspectos processuais das fronteiras relacionados a instrumentos da política de Estado e efetivados por seus aspectos institucionais que estão associados à demarcação da soberania de Estado e aos direitos dos cidadãos individuais. Nesse sentido, as terras de fronteira são, antes de tudo, *áreas estratégicas que redefinem as relações entre Estados, nacionalidades, etnias e identidades.*

Em traços bastante gerais, assim se delineia a problemática da fronteira na literatura antropológica recente, diante do fato de que persistem as práticas e as representações referentes a fronteiras; apesar dos processos

contemporâneos de integração de mercados e de demolição de barreiras entre os antigos Estados nacionais ou de derrubada de limites políticos e ideológicos constituídos internamente em Estados nacionais específicos, como sucedeu com a queda do muro do Berlim em 1989. Essas reflexões têm uma tradição na história do pensamento, conforme será exposto a seguir.

Nos trabalhos antropológicos sobre a temática da fronteira, verifica-se uma interface de conceitos discutidos no âmbito das ciências sociais. Na primeira parte deste trabalho, é tracejada a distinção dos enfoques disciplinares sobre a fronteira. Na segunda parte, é estabelecida uma genealogia da conceituação de fronteira em termos da história da antropologia social, focalizada especificamente em relação à antropologia no Brasil, na qual se estabeleceu uma crítica do mito da fronteira como uma justificativa do capitalismo autoritário, tal como apresentada no pensamento nacionalista. A própria discussão do conceito de fronteira aparece como uma argumentação mítica, especificamente no que se refere ao campesinato e às terras indígenas na fronteira amazônica. Ao final, são abordadas as atuais perspectivas do que se entende hoje por "antropologia em fronteiras", que não se restringe aos estudos sobre a fronteira da antropologia social no Brasil.

Tracejando a Distinção das Abordagens de Fronteira nas Ciências Sociais

A fronteira é conceituada a partir de abordagens disciplinares distintas. Os antropólogos enfocam o problema em suas implicações simbólicas, identitárias e culturais. Os geógrafos constroem o conceito a partir da categoria espaço, ainda que, de um ângulo crítico, seja considerado um produto social (Becker, 1986). Os economistas partem das relações entre rendimento do trabalho ou do capital, produtividade e renda diferencial. Os historiadores mostram as relações entre momentos diferentes do tempo. Os sociólogos focalizam a fronteira em termos da crítica da estrutura e da dinâmica social.

O estudo das configurações aplica-se às formações sociais no sentido de examinar as cadeias de interdependência que ligam os indivíduos (Chartier, 1991, p. 15), cujas formas a sociologia se propõe identificar (Coleman, 1994, p. 21). Focaliza-se, desse modo, como as ações humanas se interpenetram no contexto do devir histórico (Elias, 1991, p. 62). Estas interpenetrações e interdependências observam-se em "campos de força" nos quais se intercambiam variáveis políticas, econômicas e simbólicas (Bourdieu, 1982). A análise social assume uma especial importância para compreender seja as relações internacionais, seja entre identidades nacionais, seja outras identidades conflitantes. A partir de um denominador sociológico comum, parte-se da suposição de que os processos sociais e simbólicos podem produzir efeitos similares à abertura ou ao fechamento de fronteiras (Velho, 1979, p. 101), entendidas em relação a mecanismos de ocupação territorial. Para depurar essa conceituação, considera-se relevante distinguir algumas concepções, analisadas a seguir.

O emprego da concepção de fronteira sob uma ótica predominantemente geopolítica supõe a relação entre Estados nacionais, separados territorialmente por limites físicos entre os diferentes países. Diversamente, a concepção de "frente" é empregada por abordagens em economia política que adjetivam a "frente" ou a fronteira como de expansão ou pioneira e indicam as relações entre centros urbano-industriais e o "interior", a incorporação ao mercado de terras ainda não consideradas economicamente ocupadas e o avanço de correntes migratórias. O conceito de fronteira, nessa perspectiva, é elaborado a partir de uma teoria crítica da economia política que, além de submeter ao crivo

da análise teórica a concepção governamental de fronteira pioneira, pretende dar conta da generalidade dos processos de ocupação territorial – chamados de frente de expansão e frente pioneira – e de situações específicas. Uma outra distinção envolve a concepção em torno do imaginário que pode se manifestar em termos de fronteiras simbólicas, identitárias e culturais. Segundo a etnologia, essa concepção aparece no exame de situações de contato interétnico onde se pode observar a reivindicação de direitos territoriais juntamente com o estabelecimento de limites entre grupos étnicos.

Segundo a concepção geopolítica, o termo fronteira evoca a idéia de linha de frente em um campo de guerra (Foucher, 1988, pp. 8-9). No entanto, sua conceituação indica processos relativos à institucionalização de limites não apenas arbitrários, mas também concretizados no estabelecimento de limites físicos e materiais. A noção de linha de demarcação física de limites entre os Estados nacionais é vista sob o ângulo da crítica sociológica da geopolítica, no sentido da articulação entre Estados, em termos administrativos, políticos, diplomáticos, estratégicos e militares. A noção de fronteira implica uma virtualidade histórica, ou seja, consideram-se os processos relativos à mobilidade e à mobilização de forças sociais e históricas na dinâmica social (Becker, 1990, p. 91). A geopolítica, desta perspectiva, considera que os espaços de fronteira são socialmente construídos pela intervenção de agentes que representam interesses dentro do Estado nacional, a partir dos quais emergem problemas relativos à segurança, à soberania e ao desenvolvimento econômico. Os processos que dizem respeito à definição de fronteiras são relacionados, assim, com a seccionamento do espaço em regiões e a influência urbana na polarização desses espaços.

Raffestin e Guichonnet (1974, p. 219) introduzem a noção de "margem" para explicar o papel dos "excluídos" no sistema de relações sociais. Esses excluídos pertencem ao sistema como atores sociais dominados, mas que expressam uma territorialidade específica, ou seja, a reivindicação de uma autonomia territorial. O território é visto como o "espaço no qual se projetou trabalho" e que revela, portanto, "relações atravessadas pelo poder" (Raffestin, C. & Bresso, M., 1979, p. 129), considerado em seus aspectos jurídicos, políticos e religiosos.

Torna-se relevante, para fins de análise, distinguir a concepção de fronteira entre países, explorada a partir da noção de linha de fronteira, da concepção de "frente", cujo uso ideológico vem sendo depurado pela crítica sociológica da economia política. O emprego da concepção de "fronteira em movimento" ou "fronteira móvel" pelos cientistas sociais já se tornou clássico e remete ao estudo de Turner (1963). Atualmente são apontadas a este estudo muitas limitações, sobretudo por não considerar devidamente a importância das etnias indígenas e a ocupação autóctone do território americano. Novas abordagens têm feito a crítica aos processos de expansão dos Estados nacionais (Schimink e Wood, 1984), especificamente na Amazônia, considerada como a "última grande fronteira" (Wagley, 1984, p. 10). A situação da fronteira amazônica no Brasil, sob uma perspectiva crítica, é comparável à situação de outros Estados nacionais, sobretudo na América Latina, apesar das diferentes composições étnicas e sociais. Define-se "frente de expansão" como um "processo historicamente específico de ocupação de novas terras", no âmbito de uma "economia política da fronteira pioneira" (Forwaker, 1982). Sem querer subestimar a importância dos processos econômicos, ressalta-se que as contradições históricas em torno do conceito de fronteira, que expressam conflitos sociais, não se explicam somente pelo econômico. Trata-se de destacar a dimensão social das fronteiras constituídas nos confrontos entre atores sociais na arena das lutas territo-

riais em um dado momento (Léna e Oliveira, 1991, p. 19), especialmente quando se preocupa com aspectos ligados à expansão da fronteira agrícola e às conseqüências da valorização diferencial do fundiário (Léna, 1986, p. 125). Tal expansão é apontada como crucial para a dinâmica das forças sociais que se opõem nesses espaços, cuja representação passa tanto pelo reconhecimento de distâncias sociais e culturais, quanto pelo sentimento de pertencer a um lugar identitário referido a lutas políticas comuns, relacionado com discursos nacionais. A reivindicação de autonomia territorial aparece no interior de um Estado nacional em que os grupos sociais são excluídos.

A concepção de fronteira étnica consiste em um instrumento de análise para examinar os limites entre os territórios indígenas e os Estados nacionais. Aqui também sua representação advém do reconhecimento de distâncias sociais e culturais (Chaumeil, 1984, pp. 24-29) e pelo sentimento de pertencer a um lugar identitário referido a lutas políticas comuns. A permeabilidade ou a vulnerabilidade de tais fronteiras é variável, porém presenciamos nas últimas décadas o revigorar dos limites territoriais das etnias autóctones, associado à criação e ao fortalecimento de movimentos que têm representado a afirmação de limites sociais e identitários (Chaumeil, 1990, p. 102).

A acepção antropológica da fronteira como um "fato social total" considera, sobretudo, o terreno imaginário no qual se constitui. As representações sobre limites e a incorporação de aspectos considerados ainda não plenamente estruturados por forças impulsionadas a partir de um "centro" propulsor incluem-se nessa definição como faces de uma mesma moeda. A própria fronteira é concebida como uma "região central", considerando-se a interdependência dos interesses dos atores que representam os interesses nacionais nesses espaços (Chaumeil, 2000). O enfoque de fronteiras entre identidades e nacionalidades relativiza o "mito dos centros dominantes" (Sahlins, 2000, p. 46), que informa a postulação da construção identitária em uma série de círculos concêntricos, produzidos sucessivamente em termos da lealdade à nação, à região, à aldeia e à unidade doméstica. Antes de círculos, observam-se segmentos e uma rede de relações de oposição – manifesta ou virtual – em campos de força. Essas relações são baseadas na percepção da diferença entre categorias sociais.

Uma Genealogia da Conceituação de Fronteira

Na historiografia da antropologia social foram formulados, a partir de meados do século XX, conceitos para se abordar o tema das fronteiras étnicas e sociais. Em busca das fontes históricas, convém delinear uma genealogia desta vertente. Assim, apresenta-se primeiramente uma abordagem histórica do conceito de fronteira na antropologia social; em seguida são expostos os principais pontos de como essa problemática se constituiu no Brasil.

A Fronteira no Âmbito da Antropologia Social

Edmund Leach mostra que os conceitos europeus modernos de fronteira, Estado e nação são interdependentes, mas não necessariamente aplicáveis a todas as organizações sociais semelhantes a Estados no mundo. Na geografia política moderna entende-se fronteira como uma linha precisamente definida no mapa, marcando a exata divisão entre dois Estados adjacentes. Essas fronteiras, no entanto, são resultado, muitas vezes, de decisões políticas arbitrárias ou fruto de acidentes militares. Muito poucas correspondem a características econômicas da topografia natural. Forjaram-se guerras para defender tais fronteiras e erigir o mito europeu de que não so-

mente todo e qualquer Estado tem um limite definido, mas também que toda a fronteira corresponde, de algum modo, a diferentes culturas e linguagens (Leach, 1960, p. 49). Uma das tarefas da antropologia seria compreender como diferentes culturas e linguagens interpretam esse mito. Tratando da "fronteiras de Burma", uma região de fronteira continuamente submetida à India e à China, Leach analisa a maneira pela qual diferentes sistemas políticos se interpenetram em uma zona caracterizada pela liminaridade entre um sistema e outro (Leach, 1960, p. 50).

Como editor da coletânea *Ethnic Groups and Boundaries*,[1] Friedrik Barth introduz a problemática das fronteiras étnicas, fundamental para sua conceituação, em termos da teoria da etnicidade, propondo uma alternativa à visão antropológica consagrada que tem como objeto exclusivo os grupos étnicos primordiais. Ao privilegiar o âmbito da cultura e suas variações, sua abordagem implica, igualmente, uma crítica ao uso do conceito "extremamente abstrato de 'sociedade' para representar o sistema social abrangente dentro do qual grupos e unidades menores e concretas podem ser analisados" (Barth, 2000, p. 25).

Já Cohen, no artigo "Social Boundary Systems" (1969), enfatiza a demarcação de limites como um aspecto fundamental dos processos desencadeados na relação entre sistemas sociais. Segundo sua proposição, a definição de limite implica o conceito de "sistema socialmente demarcado" que não necessariamente coincide com o sistema territorialmente demarcado. Essa definição supõe relações sociais inter e intra-grupos relativos às redes que constituem tais grupos e que definem os critérios políticos de incorporação e exclusão. A incorporação dá-se por meio de "ritos de passagem" (Van Gennep, 1978), ou seja, concretiza-se por processos de separação e de transição, de liminaridade e de iniciação, que irão desencadear um novo *status* para o iniciado, distinguindo-o dos que estão fora da linha de demarcação.

No que diz respeito às fontes de reflexão da antropologia social, destaca-se a análise social de sistemas socialmente delimitados com padrões constantes de relações sociais fechadas (Parsons, 1951, p. 482) e da antropologia política (Gluckman, 1964). Evocam-se também considerações econômicas, além do exame de redes de interação simbólica.

Barth enfoca, a partir da teoria social, a permanência das fronteiras étnicas. Ainda que elas sejam atravessadas individualmente, considera-as associadas a processos de incorporação e exclusão que extrapolam o fatores individuais de mobilidade, participação ou pertença. Esses processos constituem-se em sistemas sociais construídos dentro de uma dinâmica de interações que condiciona a definição de grupo étnico, entendido como forma de organização social, perceptível e analisável em termos do relacionamento interpessoal, segundo parâmetros de auto-atribuição e atribuição a outros, conforme a definição antropológica formulada por Barth. Os grupos étnicos não são caracterizados por uma tipologia, mas por processos que envolvem sua geração e sua manutenção.

Essa definição é estabelecida no âmbito da crítica da proposição tradicional, cara à etnologia, de que "uma raça = uma cultura = uma língua, e de que sociedade = unidade que rejeita ou discrimina outros"(Barth, 2000, p. 28). A noção de aculturação é criticável uma vez que grupos étnicos diferenciados persistem apesar das variações culturais, do contato e da interdependência interétnica (Barth, 2000, p. 26). As transformações culturais são vistas, antes, como uma conseqüência da organização dos grupos étnicos.

O foco desloca-se, desse modo, dos fatores "internos" de cada grupo e sua história, para processos relacionados às fronteiras étnicas. Centrada nos processos sociais, essa perspectiva passa a considerar o componente territorial. Ele não é determinante como traço definidor dos grupos de pertença étnica e social, uma vez que diferentes grupos ét-

nicos podem compartilhar um mesmo território, pois, antes de tudo, o território existe no nível simbólico e imaginário dos grupos em interação, e os encontros e contatos sociais interétnicos são governados por um conjunto de regras que organizam a vida em qualquer situação social (Goffman, 1959).

Barth chegou a essa formulação com base na observação de "processos bastante complexos de incorporação e exclusão ao longo da fronteira étnica, através dos quais os Pathan são assimilados pela organização tribal baluchi" (Barth, 2000, p. 106). Segundo o autor, o *locus* privilegiado para o conhecimento antropológico é a pesquisa de campo (2000, p. 202). É na observação direta que se evidenciam conceituações oriundas da teoria social de influência weberiana sobre as fontes da autoridade, do poder, da força e das posições ocupadas em cada segmento, que permitem distinguir as diferenças entre duas formas contrárias de organização social. Em trabalho posterior, sobre o método comparativo (2000, p. 201), Barth não se afasta de suas preocupações iniciais relativas à importância da etnografia, mas explicita os usos da teoria na antropologia para relacionar estruturas diferenciadas de saber e diferentes corpos de conhecimento gerados em diferentes esferas de especialistas e participantes. A antropologia das fronteiras étnicas estende-se com estes desdobramentos à análise de sistemas interétnicos no contexto de fronteiras entre Estados.

The Hidden Frontier, de John Cole e Eric Wolf (1974), um estudo de ecologia e etnicidade no Tyrol italiano, retoma os problemas relacionados com as "margens politicamente sensíveis do Estado" tratados, dez anos antes, por Abner Cohen (1965), em relação à mudança e à continuidade social nas aldeias árabes do triângulo entre Israel e Jordânia. A obra parte de um questionamento da idéia de comunidade como um "sistema fechado"(Cole e Wolf, 1974, p. 20), e focaliza as "transformações dos alinhamentos políticos locais em relação a circunstâncias do mercado e da construção nacional (p. 4). Neste trabalho, a abordagem etnográfica torna-se mais complexa, fazendo notar a conexão dos mitos germânicos e italianos e dos estereótipos gerados pelas confrontações interétnicas (p. 275). A análise estende-se às fronteiras simbólicas em termos de sua combinação com as perspectivas da economia política e da documentação histórica.

A Fronteira no Brasil

No Brasil, a gênese da conceituação de fronteiras étnicas data também de meados do século XX, antes mesmo das formulações de Barth, em uma interface com a geografia humana e com a política indigenista, com o estabelecimento de uma linha antropológica de análise de sistemas interétnicos (Cardoso de Oliveira, 1967, 1976). Essa abordagem é também uma alternativa e uma crítica à consideração da cultura como foco central da análise antropológica, na esteira dos estudos que abordaram as frentes de expansão da sociedade nacional.

Waibel (1955, p. 391) faz notar a distinção entre fronteira demográfica e fronteira econômica, no âmbito da geografia agrária, disciplina que toma por objeto a diferenciação social na agricultura e é definida em relação à política econômica e agrária. Desse ponto de vista, o "homem de fronteira" consiste em uma categoria sociológica diferente da de "pioneiro", pois este último tem o poder de intervir nas relações sociais dos espaços geográficos conceituados como fronteira. A "frente pioneira" é definida por Waibel pelas transformações produzidas sobre as áreas geográficas periféricas, tais como os fluxos de população, o desenvolvimento agrícola, a elevação rápida dos preços das mercadorias e da terra, a devastação de florestas, a construção de casas, ruas, estradas, a transformação de tradições e valores das populações nativas etc. (1955, p. 391). As "frentes

pioneiras" estariam situadas entre a "fronteira econômica", que separa o sertão e a região economicamente mais adiantada, e a "fronteira demográfica", que limita o sertão com a floresta virgem (p. 391).

Waibel não considera os índios que habitam as áreas de fronteira e sofrem os efeitos da transformação desses espaços pela intervenção dos "pioneiros". Seu modelo estabelece uma gradação evolutiva que parte da área "menos desenvolvida" até a região economicamente "mais desenvolvida" (1955, p. 391). Essas idéias foram retomadas por Ribeiro, que enfocou a situação dos índios a partir das diferentes "faces" ou "frentes de expansão" da sociedade nacional (Ribeiro, 1957, p. 28). A noção de "frentes de expansão" é apresentada como equivalente à de "fronteiras indígenas da civilização" (Ribeiro, 1979), criadas pelo "contato" que o autor caracteriza como um "processo de integração" e analisa como uma gradação, elaborando uma tipologia que vai dos grupos "isolados" aos de "contato permanente" e "assimilados".

Essas categorias, formuladas no Serviço de Proteção aos Índios em um contexto de intervenção indigenista, sem um suficiente rigor analítico e crítico, passam uma visão um tanto quanto fatalista de que o destino dos povos indígenas seria o extermínio físico ou a assimilação cultural. Não obstante, ao abordar o tema do índio como um problema político, social e econômico, e a política indigenista como uma relação entre Estado e território, essas categorias parecem estar orientadas por uma tentativa de captar o problema da relação entre índios e civilizados tendo em vista a prática intervencionista. Trata-se de uma alternativa aos padrões etnológicos da época, impregnados pela visão romântica de que o índio – "bom selvagem" – deveria ser mantido em um estado intocado, o que não correspondia às situações de violência às quais fora historicamente submetido.

Roberto Cardoso de Oliveira, a partir da análise de áreas de "fricção interétnica" formulada dentro de um padrão de crítica teórico-metodológica (1967), ressalta a importância da análise da estrutura e da dinâmica das relações sociais de contato interétnico para "retratar as faixas de expansão da sociedade nacional sobre territórios habitados por populações tribais (1978, p. 122).

Curt Nimuendajú, em sua monografia sobre os Apinayé, já relaciona o "contato" entre índios e civilizados com os processos mais gerais de colonização, descrevendo, por exemplo, a transformação em colônia de um grande mocambo de escravos fugidos para o rio Tocantins (Nimuendajú, 1983, p. 2). Mostra, também, o recuo dos Apinayé para o interior, o abandono de sua tradição de navegadores e sua entrada em "contato permanente com os civilizados" a partir de 1797 (p. 4). A despeito de estabelecer críticas à política indigenista oficial (Malcher, 1963, p. 6), a etnografia de Nimuendajú expressa, como antropologia em estado prático, estreitas relações com a ação indigenista.

Com a criação de um padrão acadêmico de análise antropológica, a noção de fronteira passa também a ser relacionada com problemas de ordem teórica como o indigenismo e o campesinato no Brasil. Deixa-se de olhar os índios e sua cultura em si mesmos, como se se tratassem de objetos naturais, a partir de uma crítica sociológica da essencialização cultural e das imagens do índio na consciência nacional. Com o estudo do contato interétnico, são estabelecidas as possibilidades para a análise da dinâmica expansionista da sociedade nacional e do "sistema de poder que lhe é inerente" (Cardoso de Oliveira, 1978, p. 81). O conceito de "identidade contrastiva" – relações de contrariedade mas não necessariamente de contradição – é tomado como base definidora da identidade étnica, segundo um enfoque analítico que prioriza seu aspecto relacional, como processos relativos à etnicidade, propondo uma crítica política das ideologias étnicas e de dominação. Desse ponto de vista, a situação de

dominação tem conotações éticas e políticas para o pesquisador, considerado um membro da sociedade nacional.

Levando adiante as pesquisas que já vinham sendo estabelecidas, Velho compara os problemas relativos à fronteira em situações histórica e geograficamente distintas em nível internacional, e na Amazônia brasileira, onde examina as diferentes "faces" internas da sociedade nacional, estudadas especificamente na região de Marabá que, nos anos de 1970, foi atravessada pela rodovia Transamazônica (1972). O foco central de sua análise desloca-se da população indígena – de cujo estudo tinha participado como assistente de pesquisa de Cardoso de Oliveira (1978, cap. VII) – para a investigação sistemática da fronteira como um problema teórico. Nesse sentido, Velho se vale do método comparativo, aplicando-o ao estudo da fronteira de expansão nos Estados Unidos, na Rússia e no Brasil. Velho equaciona, na discussão do conceito de fronteira, a relação entre Estado, capitalismo autoritário e campesinato. Esta formulação é estabelecida sob a perspectiva crítica da concepção de fronteira no pensamento autoritário no Brasil, conforme exposto a seguir.

Mito da fronteira, capitalismo autoritário e pensamento nacionalista

O mito da democracia na fronteira aparece como forma de legitimar, através do discurso sobre a integração nacional, uma ordem política autoritária estabelecida com o Estado Novo, em 1937, que persistiu mesmo com a sua queda, em 1945, uma vez que nacionalismo e autoritarismo se complementam dentro de um projeto unificador do Estado Nacional (Lippi, 1982, p. 16). A "marcha para Oeste seria o lema de uma política formulada no 'movimento da bandeira', definido por Cassiano Ricardo como um 'movimento de legítima defesa' destinado a salvaguardar a expressão original da alma brasileira, fixando a 'unidade espiritual' como garantia da unidade política" (p. 83). A proposta nacionalista, sustentada pelo mito da democracia social, aparece como uma proposta vencedora em relação ao fascismo e ao comunismo, alternativas políticas contrapostas. O poder central agiu por meio de medidas aparentemente conciliatórias, no sentido de deslocar para áreas não contestadas pelos grandes proprietários a força de trabalho excedente e sem terra (Esterci, 1977, p. 38). Eram firmados, concomitantemente, os marcos físicos das fronteiras nacionais, tais como existem hoje, separando os territórios do Brasil e países limítrofes, como a Colômbia, que só se concretizou em 1936 (Faulhaber, 1998).

A utilização de metáforas espaciais, por Cassiano Ricardo, remete o conceito de democracia a determinações geográficas e biológicas que o particularizam. Através desse procedimento de geografização, formulou-se o mito da fronteira, subestimando o papel determinante das relações sociais na noção de democracia como um princípio de nacionalidade, transferindo uma sociedade ideal para alhures, onde supostamente haveria "terras livres". A partir da idealização de um lugar para a concretização das aspirações democráticas, produzia-se a mitificação da fronteira. O uso de imagens como da "terra livre", "mata virgem", "sertão", alimenta uma concepção de fronteira sustentada pela suposição de uma espacialidade aberta e sem limites ou restrições, que apenas pode ser demonstrada em relação a um passado idealizado.

Em textos produzidos nos movimentos políticos e literários modernistas no Brasil, formula-se um discurso sobre a nacionalidade, no qual a fronteira aparece relacionada a imagens engendradas no referencial da modernidade ocidental, e não necessariamente por um pensamento autóctone. Mário de Andrade (Moraes, *apud* Velloso, 1987, p. 40) questiona as idéias regionalistas defendi-

das pelos "verde-amarelos", que buscam a redenção por meio da relação com a natureza, o meio ambiente, e, em suma, com a geografia. Através da "desgeografização", Mário de Andrade propõe descobrir a unidade da cultura nacional em uma construção identitária (Moraes, 1983, pp. 62-63). No seu Prefácio para o Macunaíma, personagem elaborado a partir de um mito encontrado por Koch-Grünberg na fronteira entre o Brasil e a Venezuela (Lopez, 1988), Mário expõe seu método, que consistia em abstrair as diferenças regionais para apresentar uma visão da cultura nacional em uma perspectiva unificada e não regionalista, preocupada com a historicidade e a universalidade das expressões nacionais (Andrade, 1972); ao contrário dos verde-amarelos, que firmavam um ponto geográfico definido – São Paulo – a partir do qual surgiria, engendrando uma dimensão espacialmente simbolizada, a bandeira como mito de origem da democracia.

Essa concepção geografizada da nacionalidade prioriza a categoria espaço sobre a história e mistifica o papel dos bandeirantes na construção nacional, transfigurados em heróis no desbravamento de regiões desconhecidas. O "bandeirante", ou "gigante de sete léguas", constitui o herói transformado pelo sertão. Nesse discurso, aparece como "homem da fronteira", ao qual se atribui a criação de novos valores. No espelhamento peculiar à mistificação, os índios também são heroicizados, exaltados no mito da originalidade brasileira. Isso também ocorreu na ocupação da Amazônia, também instituída como "bandeiras fluviais" (Cortesão, 1957, p. 403), ou "fronteiras flutuantes" (Leite, 1943), que resultaram na expansão portuguesa com a incorporação de terras anteriormente consideradas de domínio espanhol (Faulhaber, 1998, p. 78). A abordagem histórica do "movimento das fronteiras" aplica-se não só à Amazônia, ou ao Brasil, mas a toda a América Latina (Lobo, 1999).

Campesinato e as terras indígenas na fronteira amazônica

Na discussão sobre a fronteira amazônica são apresentadas diferentes versões, com uma argumentação que se assemelha ao pensamento mítico, em que a fronteira ora aparece como um espaço vazio, aberto, ainda não plenamente estruturado, ora como a visão de uma lógica inexorável do processo capitalista que conduziria necessariamente à proletarização da pequena produção familiar e das etnias indígenas. Levando-se em conta os dois pólos da argumentação, a fronteira aparece como um espaço aberto, porém controlado, que refrata as relações sociais da formação nacional e das relações com outras identidades nacionais.

A preocupação não é com o objeto "em si", a fronteira física, econômica, política, ou mesmo a fronteira social interna ao Estado nacional. Trata-se de um objeto construído, o que envolve o exame da intervenção do Estado nacional sobre o território, no sentido de uma "ocupação permanente e significativa da terra" (Velho, 1979, p. 205).

A essa definição se contrapõe a noção de fronteira como uma situação pré-definida, como espaço fechado geográfica ou economicamente. A partir de uma leitura do diagnóstico de Turner sobre o papel da existência de terras livres para a democratização da sociedade (1921, p. 320), Velho indica que a proposta de intervenção revolucionária apresentada por Lenin no Programa Agrário (1980) teria induzido uma situação análoga à fronteira aberta, através da quebra radical do monopólio da terra. Mas o efeito global da fronteira é relativizado de acordo com o movimento político e sujeito às circunstâncias objetivas, às situações conjunturais e às relações de estrutura. Seguindo o raciocínio comparativo de Velho entre a situação revolucionária na Rússia e a abordagem do tema da fronteira na América do Norte por Turner, a "transformação agrária e o colapso ou en-

fraquecimento da autoridade" produzem um processo similar à abertura de uma fronteira, ou seu fechamento (Velho, 1979, p. 101).

Generalizam-se assim as possibilidades conceituais para a definição de fronteira: fronteira aberta (democracia); fronteira fechada (autoritarismo); fronteira aberta, porém controlada (intervenção do Estado).

Diversas teses, elaboradas sobretudo em uma perspectiva econômica, indicam a acentuação da concentração da propriedade da terra por grandes empresas, num processo de integração de capitais e "outros arranjos como o capital financeiro". O mercado de terras passa a ser destacado como fator de especulação financeira que serve aos interesses do grande capital. Nesse sentido, pois, sem sua ocupação produtiva, as terras transformam-se em reserva de valor. Freqüentemente apropriadas de modo irregular, as terras nem sempre são objeto de investimento produtivo. Pelo ângulo da economia política, a "fronteira pioneira" é vista como um momento do processo de desenvolvimento das forças produtivas – analisadas com ênfase na economia e dominância da política – sob a forma do Estado capitalista autoritário (Forwaker, 1982, p. 32). Embora em todo o processo se observe a heterogeneidade das relações sociais, o objetivo é a uniformização e a estruturação das relações sociais. Para Forwaker as lutas sociais fazem parte do processo de transição para uma forma capitalista "acabada". Na transição ainda perduram condições para a intervenção violenta sob a forma institucionalizada ou de operações armadas. Tratam-se dos meios justificados pelo objetivo de integração da fronteira ao mercado e ao desenvolvimento econômico, enquanto não for atingido o estado final do processo de integração à economia de mercado mundial, uma forma "pura" do desenvolvimento capitalista, na qual todos os direitos de cidadania seriam respeitados.

A integração de mercados, no entanto, não implica necessariamente que as relações sociais se tornem, de uma maneira geral, mais livres – a propalada condição para a institucionalização das relações de mercado. Não se pode demonstrar a existência de uma real disposição, por parte dos grandes empresários, de incorporar ou estruturar as relações sociais não tipicamente capitalistas segundo um suposto "modelo racional de mercado".

Fontes empíricas quantitativas contestam a tese do fechamento da fronteira, com a indicação da existência de "terras livres" apesar do sistema fundiário concentrador (Becker, 1990, p. 17). Também, de um ponto de vista qualitativo, as representações dos camponeses – consideradas "ponta de lança" do colonialismo – servem como fonte de reflexão para a análise do discurso e da prática de ocupação de territórios na "fronteira em movimento". Em uma analogia com o tradicional dualismo brasileiro entre o litoral e o sertão (Velho, 1979, p. 204), a oposição "centro/beira" sintetiza uma série de relações expressas pelas representações camponesas sobre a fronteira, ou melhor, da oposição entre civilização e natureza incontrolada. Interpreta-se o "centro da mata" por sua ocupação por atividades físicas, como a agricultura e o extrativismo; e a "beira", onde se fixaram as moradias, exprime a expansão predominantemente fluvial, que criou a rede mercantil ribeirinha associada às facilidades físicas e ao lazer. A "fronteira em movimento" cria uma "beira" de novo tipo: a "beira da estrada", que constitui o eixo central de novos conflitos.

A intervenção do Estado sobre formas tradicionais de imobilização da mão-de-obra institui mecanismos coercitivos, eventualmente violentos. A estrutura fundiária concentradora entranha, inclusive, nas chamadas "áreas de expansão camponesa", perpassadas por processos de concentração e diferenciação socioeconômica. Nesse sentido, a "camada de camponeses praticamente já se descampenizou e gere, na verdade, uma empresa rural com força de trabalho contratada" (Almeida, 1986, p. 291). Multiplicam-

se as estratégias de expansão camponesa, que incluem a venda de terras e a busca de novos "centros" em outras áreas consideradas de fronteira (p. 293).

Colocam-se, entretanto, em discussão as teses de formação de uma camada camponesa média que, mantendo vínculos de clientela com as classes dominantes regionais (comerciantes, donos de castanhais), mediaria o controle da comercialização (Velho, 1979, p. 206).

Palmeira, a partir da análise que enfoca o funcionamento do campesinato como um "modo de produção", em contradição com o modo de produção dominante, indica que Velho, ao privilegiar a fronteira como ponto de partida e objeto de suas reflexões, considera o campesinato uma categoria ambígua e enfatiza sua face burguesa que emerge quando sua situação de subordinação está em suspenso. Como Velho parte do conceito de fronteira no sentido formulado por Turner, abre espaço para novos usos do mito da *democracia na fronteira*, com uma série de implicações indicadas no próprio texto, ao apontar que esta "pequena burguesia especial" poderia servir de suporte para uma estratégia política sustentada em um discurso democratizante, mas que de fato reforça as contradições sociais. Esta leitura é compatível com as pesquisas realizadas ou orientadas por Ianni (1979a) e Martins (1983, 1997), as quais, ao abordarem os conflitos sociais e as lutas políticas de grupos dominados, enfatizam a análise das contradições sociais. A preocupação teórica com o papel do campesinato como ator político na estrutura agrária brasileira, tema recorrente na produção em ciências sociais nos últimos anos, indica perspectivas de análise da redefinição de todo o espaço histórico de movimento do capital, estando o camponês aí incluído como trabalhador, ainda que distinto do proletário (Gnacarini & Moura, 1983, pp. 8-9).

Para Ianni (1979b), o uso do discurso sobre a fronteira nos programas de colonização pública serve como paliativo para mudanças mais profundas como a reforma agrária radical, sendo utilizado como válvula de escape para as tensões sociais. Contradições implicam uma polarização social e espacial, e os programas de colonização na fronteira beneficiam grupos autoritários em detrimento da maioria dos migrantes ou colonos. Para as estratégias políticas e, inclusive, militares, a fronteira serve como um " 'espaço de manobra' das forças sociais" (Becker, 1990, p. 16). Mas a capacidade de intervenção do Estado sobre a fronteira tem suas limitações, criando-se, assim, possibilidades de escolha para o ator social, ainda que condicionadas pela dialética entre trajetórias e estratégias políticas e sociais (Bourdieu, 1982, p. 8).

Ao se definir a chamada "expansão da fronteira" na Amazônia, é recorrente em diversos estudos a preocupação com o confronto entre diferentes sistemas de representação, relativo a práticas de apropriação e ao uso da terra que implicam uma relação de *contrariedade do ponto de vista dos interesses* de distintos atores sociais. Musumeci sublinhou aspectos problemáticos do "neodualismo" – a tendência de "identificar em princípio explicativo a presença de dois setores, de dois pólos interdependentes, e quando relacionados, relacionados por antagonismo" (1984, p. 13). A crítica ao neodualismo implica uma crítica aos usos do mito da "terra liberta", um dos princípios estruturantes da "grande tradição" judaica cristã de naturalizar a estrutura tradicional de sujeição/dominação caracterizada pela patronagem, eternizando as desigualdades sociais. Essa crítica estende-se ao uso da oposição "frente pioneira" e "frente de expansão" que supõe, também, uma visão evolucionista da relação do Estado nacional com suas fronteiras internas.

A fronteira aparece claramente como objeto de políticas públicas desde os planos de Integração e Desenvolvimento, implementados nos governos militares com o objetivo de

modernizar as relações sociais. Esses planos tiveram como contrapartida os processos contraditórios, envolvendo diferentes segmentos sociais – elites regionais, camponeses, índios, extratores e garimpeiros – com interesses opostos (Schmink e Wood, 1992, p. 3). Freqüentemente estes processos desembocam na expressão de conflitos entre grupos que se apresentam como contraditórios, em disputas ("questões de terra", segundo o vocabulário no meio rural) nas quais se registra o aparecimento e a contestação de fronteiras territoriais, entendidas como parte integrante de contextos sociais definidos em arenas regionais, nacionais ou globais, cuja transformação ao longo do tempo é observável empiricamente. Não é detectado, nestes termos, um processo unitário de mudança, porém uma multiplicidade de questões relativas a fronteiras – tanto no sentido tangível quanto abstrato – produzidas simultaneamente na dinâmica da história (Schmink e Wood, 1992, p. 19).

Observa-se, no interior dos chamados movimentos sociais, um terreno propício para a "crise de representatividade" que favorece a formação das milícias privadas, cujos membros são recrutados nos próprios segmentos marginalizados, com a finalidade de reprimir os movimentos camponeses, os acampamentos e outras formas individuais ou coletivas de luta pela terra. Isso não significa a assimilação ou a repressão total da luta pela terra e dos movimentos sindicais, ou ainda, a partir do final dos anos de 1980, do "movimento dos trabalhadores rurais sem terra". Os movimentos sociais, no entanto, são eivados pela diferenciação social, dada a heterogeneidade dos segmentos sociais do meio rural na Amazônia (Faulhaber, 1999a).

Como qualquer fronteira é produzida pela interação de forças sociais e envolve a formulação de representações jurídicas de ordem costumeira ou constitucional, isto implica, antes de tudo, examinar as diferenças entre os códigos jurídicos que visam a ordenar o processo de ocupação fundiária e a regulamentação da apropriação de terras para investimentos privados ou públicos como os projetos de colonização. A legislação e os processos jurídicos formais têm, no entanto, um peso relativo na definição dos limites territoriais, uma vez que existe todo um *habitus* colonial de ocupação primária, por meio do qual a terra é apropriada pelo uso da força, atendendo tão somente a limites entre os terrenos definidos por acidentes geográficos.

Em relação à problemática da territorialidade indígena, operacionaliza-se a noção de fronteira étnica. Em seu caráter jurídico, a categoria "terra indígena" é associada a direitos territoriais potenciais prescritos por lei, exercidos ou reivindicados pelos índios (Carneiro da Cunha, 1987, p. 32). A demarcação das terras indígenas envolve processos políticos e judiciários relativos ao "reconhecimento pelo Estado brasileiro das terras ocupadas ou reivindicadas pelos índios" (Oliveira, 1989, p. 8). No exame desses processos, tem sido destacada, primeiramente, a política governamental, que se manifesta por estratégias políticas institucionalizadas e pelo jogo de poder exercido em uma rede capilar de mecanismos que conecta os atores em interação.

Em estudos mais recentes, destaca-se a atuação das organizações não governamentais, sobretudo as que representam os próprios índios. Isto porque registra-se nas últimas décadas o revigorar dos limites territoriais das etnias autóctones, a partir da emergência de movimentos indígenas que têm representado a afirmação da identidade e das fronteiras étnicas, no sentido da manutenção de limites sociais e identitários. A esses movimentos estão associados a criação e o fortalecimento de organizações indígenas registradas em cartório que surgiram, nos últimas décadas, no espectro de organizações não governamentais (Abert, 1997). O discurso sobre a fronteira aparece como uma linguagem oficial de Estado sobretudo nos países onde as organizações indígenas são mais incipientes, como no Brasil (Léna e Aubertin, 1986, p. 13), em que a

expressão política dessas organizações, apesar de sua grande dose de virtualidade histórica e simbólica, não chega a ser considerada em termos efetivos pelos atores dominantes.

Embora já tenha sido registrado que a política indígena emerge em um campo de influência cortado pela atuação de outros atores e agências, o interesse em examinar as iniciativas dos autóctones tem sido destacado nos estudos atuais, em relação ao interesse de outros atores e agências que se tornam evidentes no jogo de forças definido historicamente. A análise do campo no qual são engendrados os movimentos étnicos torna-se relevante, sobretudo para a discussão de problemas relativos às fronteiras étnicas.

As concepções relativas às "frentes" das sociedades nacionais e às fronteiras identitárias encontram-se na análise do que se chama hoje "antropologia em fronteiras". No embate com a realidade observada em terras de fronteira entre países, reformulam-se os conceitos e os instrumentos de análise e fornecem-se subsídios para as políticas públicas (Cardoso de Oliveira, 2000). Nesta abordagem, torna-se relevante especificar as diversas categorias que designam os atores sociais que contracenam nas fronteiras (Sprandel, 2000). O processo de gestação de identidades de fronteira revela um movimento dialético entre identidades étnicas e nacionais (Escolar, 2000). Ainda que produzidos em centros de pós-graduação brasileiros, esses trabalhos não se restringem à antropologia no Brasil, uma vez que se configuram como um campo de estudo relacionado à "antropologia em fronteiras". Trata-se de pesquisas em andamento, sobre as quais discorrerei tendo em vista a conclusão deste trabalho

Perspectivas Atuais da "Antropologia em Fronteiras"

Partindo da distinção heurística entre fenômenos simbólicos e substanciais, o projeto de pesquisa "Espaços Imaginados, Lugares Concretos" diferencia os estudos que "têm como objeto o limite (começo/fim de espaços, tempos e identidades) daqueles que focalizam a particularidade local (organizações sociais e culturas das/nas fronteiras)" (Suárez *et al.*, 2001). Este projeto parte de análises que focalizam o sertão (Suárez, 1998) para se estender a estudos sobre o caribe amazônico e todo o sul do Caribe (Venezuela, Guianas, Colômbia, América Central e Ilhas do Caribe).

A visão antropológica da fronteira como limite, a par das conceituações geopolíticas, econômicas e sociais anteriormente apresentadas, implica a análise da constituição imaginária da fronteira. Evoca-se o conceito de "rito de passagem", tal como definido por Van Gennep (1978). Os rituais reafirmam e reforçam, simbolicamente, as fronteiras comunitárias, alimentam e revigoram a pertença identitária (Cohen, 1992, p. 53). A fronteira é a área de interface, é a máscara social apresentada por um ator, grupo ou entidade. Como máscara, oculta, dissimula ou revela aspectos da vida privada no âmbito moral que influenciam a maneira pela qual os atores sensíveis organizam, no seu íntimo, as tensões da identidade social em contextos diferenciados (Herzfeld, 1997, p. 55). Protege realidades escondidas de toda a sorte de agressões. Serve como um repositório de significados.

O ato de atravessar fronteiras ou limites significa, em termos relacionais, a passagem de uma situação para outra. Quando se desloca de um país para outro, o nacional converte-se em estrangeiro. Em momento de separação, o indivíduo deixa de pisar em solo próprio; em momento de liminaridade, já desligados vínculos, ele ainda não adquiriu outros; em momento de reintegração, é incorporado, ainda que como estrangeiro, a uma outra nacionalidade. A construção da fronteira entre Estados passa pela internalização do imaginário relacionado com processos de construção nacional. No plano da

escolha individual, verifica-se a possibilidade de conversão da nacionalidade dos cidadãos de acordo com sua trajetória pessoal, uma vez que sejam estabelecidos vínculos familiares duradouros e seja adotada uma nova identidade nacional. No entrecruzamento dos planos social e individual, focaliza-se a intervenção dos Estados sobre os lugares territoriais e identitários. A fronteira é configurada, assim, como lugar de procedência ou constituição simbólica de uma auto-imagem. Aparece, portanto, como um lugar social vivido e redimensionado em seus aspectos imaginários e metafóricos pelos que nela vivem e travam interações baseadas na cidadania, na nacionalidade e na pertinência a uma comunidade local.

No programa de pesquisa "Identidade, Etnicidade e Nacionalidade em Área de Fronteiras", antes de uma idealização da teoria, pensa-se, ao contrário, em termos de uma teoria em ação – constante discussão de conceitos e instrumentos de análise a partir da observação de situações socioculturais em fronteiras, investigando fenômenos como identidade, etnicidade e nacionalidade. Esses fenômenos relacionam-se com a construção social de identidades de fronteira em "segmentos populacionais em áreas de fronteiras políticas, a saber, aquelas que separam juridicamente países e, por via de conseqüência, suas respectivas populações residentes em áreas contíguas" (Cardoso de Oliveira e Baines, 2000).

Discussões abstratas ganham inteligibilidade com pesquisas nos locais de fronteira e na análise de problemas relacionados à identidade e à nacionalidade. Lopez-Gárcez operacionaliza tais problemas teóricos no exame das expressões identitárias Ticuna sob o impacto da nacionalização no contexto dos Estados nacionais brasileiro, colombiano e peruano. A autora parte da suposição de que as identidades dos Ticuna brasileiro, colombiano e peruano se interpenetram, mas não se fundem. Esta interpenetração se dá no campo de forças em que os atores fronteiriços em contato ocupam posições específicas pelo acesso ao poder, relacionadas com as práticas sociais e manifestadas em representações ideológicas (Lopez-Gárcez, 2000, p. 20). Nos lugares de fronteira, são evidentes as relações entre alteridades, nas quais os sujeitos sociais constroem sua auto-imagem por meio da negação, da aceitação ou da exclusão do outro. Às diferentes identidades nacionais introjetadas pelos Ticuna correspondem diferenciações intraétnicas expressas no âmbito mítico e nas representações ideológicas.

A análise da cultura de fronteira considera a importância de se levar em conta as necessidades e os desejos dos que vivem em terra de fronteira. Primeiramente, a cultura é um fator determinante nos tratados e nos arranjos diplomáticos que estabelecem as fronteiras. Em segundo lugar, as culturas locais e regionais não são unicamente reativas, pois suas influências afetam a formação, a representação e a recepção política. As comunidades de fronteira estão incessantemente implicadas em uma ampla gama de negociações nacionais, locais e internacionais. Finalmente, o enfoque da cultura de fronteira é uma forma de identificar e analisar as redes políticas, econômicas e sociais que entretecem indivíduos e grupos nas terras de fronteira no interior e no exterior de cada país. Trata-se de uma cultura que revela a reciprocidade entre pessoas e instituições das áreas de fronteira internacional conectadas ao próprio país e a outros lugares distantes, em paisagens definidas por interações sociais peculiares, que transcendem os limites de um Estado determinado (Wilson e Donnan, 1999, p. 12).

Apesar das fronteiras nacionais e do sistema de fragmentação em situações de dominação que reestruturam a organização tradicional das facções (Oliveira, 1986, Faulhaber e Almeida, 1999), os movimentos identitários apresentam uma força intrínseca, associada a uma representação de unidade étnica

indivisa. Esses movimentos são reforçados por manifestações identitárias, como o ritual de puberdade Ticuna. Trata-se de um rito de passagem em que são relembrados, transmitidos e reelaborados os mitos de origem desses índios (Faulhaber, 1999b), no sentido de alimentar a coesão étnica. A despeito de todos os processos de cisão a que esses índios vêm sendo historicamente submetidos, os rituais atuam como uma reativação das fronteiras étnicas, ou seja, a afirmação de uma identidade específica brasileira, colombiana ou peruana.

Os processos que diferenciam identidades nacionais contrárias mas não necessariamente contraditórias se manifestam no interior de uma rede de relações estabelecidas na fronteira e instituídas pelo imaginário de representações sociais segundo um código cultural comum e circunscritas pela dominação que ultrapassa as fronteiras nacionais. Do ponto de vista da teoria social – fonte para as reflexões em antropologia – esse imaginário é formado a partir da interdependência dos interesses de atores sociais que contracenam na fronteira. O discurso de soberania de um país é expressado para encobrir relações de poder que não têm nacionalidade, pois são um denominador comum das situações de força em um processo de integração regido por grupos de interesse que não se restringem a este ou aquele país. (Faulhaber, 1996). Cabe estabelecer uma avaliação crítica das categorias de dominação presentes em discursos nacionais contrastantes, com o intuito de identificar o sistema de relações sociais subjacente às relações entre identidades características das situações de fronteira. Segundo a teoria social, tal sistema é formado por relações de interdependência em níveis conectados desde as decisões em esferas estatais ou para-estatais, até as decisões dos indivíduos que vivem nesses locais. Como vimos no decorrer deste texto, as fronteiras internas aos Estados nacionais são uma outra face das fronteiras entre Estados.

Notas

1. Publicado em espanhol com o título *Los Grupos Étnicos y sus Fronteras* (1969).

Bibliografia

Albert, Bruce
1997 "Territorialité, ethnopolitique et développement: à propos du mouvement indien en amazonie brésilienne". *Cahiers des Amériques Latines*, 23.

Almeida, A. W. B.
1986 "Estrutura Fundiária e Expansão Camponesa". *In*: J. M. G. Almeida Jr. (org.), *Carajás: O Desafio Político, Ecologia e Desenvolvimento*, São Paulo, Brasiliense.

Andrade, Mário
1972 "Prefácios para Macunaíma". *In*: M. R. Batista, T. A. Lopes & Y. S. Lima (orgs.), *Brasil: 1º Tempo Modernista. 1917-1929. Documentação*, São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros.

Becker, Bertha
1986 "Significância Contemporânea da Fronteira: Uma Interpretação Geopolítica a partir da Amazônia Brasileira". *In*: Catherine Aubertin (org.), *Fronteiras*, Brasília, UNB/ORSTOM.

1990 "Fragmentação do Espaço e Formação de Regiões na Fronteira: Um Poder Territorial". *In*: _____ (org.), *Fronteira Amazônica: Questões sobre a Gestão do Território*, Brasília, UNB.

Barth, Friedrick
1969 "Introdución". In: F. Barth (ed.), *Los Grupos Etnicos y sus Fronteras* México, Fondo de Cultura Económica, pp. 9-49.

2000 *O Guru, o Iniciador, e Outras Variações Antropológicas*. Rio de Janeiro, Contra Capa.

Bourdieu, Pierre
1982 *A Economia das Trocas Simbólicas* (seleção e tradução de Sérgio Miceli). São Paulo, Perspectiva.

Cardoso de Oliveira, Roberto
1967 "Problemas e Hipóteses Relativos à Fricção Interétnica: Sugestões para uma Metodologia". *Revista de Ciências Sociais*, 4 (1).

1976 *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. São Paulo, Pioneira.

1978 *Sociologia do Brasil Indígena*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.

1996 *O Índio e o Mundo dos Brancos*. 4. ed., Campinas, Editora da Unicamp.

1997 "Identidade, Etnicidade e Nacionalidade no Mercosul". *Política Comparada*, 1 (2): 15-26, Brasília, Paralelo 15/Arko Advice.

2000 "Epílogo 1". *In*: Alessandro Grimson (comp.), *Fronteiras, Naciones e Identidades: La Periferia como Centro*. Buenos Aires, La Grujía.

Cardoso de Oliveira, Roberto & Baines, Stephen
2000 "Identidade, Etnicidade e Nacionalidade em Áreas de Fronteira". Programa de Pesquisa, CEPPAC/UNB.

Carneiro da Cunha, Manuela
1987 *Os Direitos do Índio: Ensaios e Documentos*. São Paulo, Brasiliense.

Chartier, Roger
1991 "Avant propos". *In*: Norbert Elias, *La société des individus*, Paris, Fayard.

Chaumeil, Jean Pierre
1984 "De um Espacio Mítico a um Territorio Legal o la Evolución de la Noción de Frontera em el Noroeste Peruano". *Amazonía Indígena*, 4 (8): 26-31.

1990 "Les nouveaux chefs... Pratiques politiques et organizations indigènes em Amazonie péruvienne". *Problèmes d'Amérique Latine*, 96: 93-113.

2000 "Par delà trois frontières, l'espace central du trapèze amazonien (Perou, Colombie, Brésil)". *Autrepart*, 14, Paris, IRD, pp. 53-70.

Cohen, Abner
1965 *Arab Border-Villages in Israel: A Study of Continuity and Change in Social Organization*. Manchester, Manchester University Press.

Cohen, Anthony P.
1992 *The Symbolic Construction of Community*. Londres, Routledge.

Cohen, Y. A.
1969 "Social Boundary Systems". *Current Anthropology*, 10 (1): 103-106.

Cole, John W. & Wolf, Eric
1974 *The Hidden Frontier: Ecology and Ethnicity in an Alpine Valley*. Nova York, Academic Press.

Coleman, James S.
1994 *Foundations of Social Theory*. Cambridge, Harvard University Press.

Cortesão, Jaime
1949 "O Significado da Expedição de Pedro Teixeira à Luz dos Novos Documentos". *Anais do 4º Congresso de História Nacional – RIHGB*, (3): 172-204.

1957 *História do Brasil nos Velhos Mapas*. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, tomo I e II.

Elias, Norbert
1991 *La société des individus*. Paris, Fayard.

Escolar, Diego
2000 "Identidades Emergentes em la Frontera Argentino-Chilena". *In*: Alessandro Grimson (comp.), *Fronteiras, Naciones e Identidades: La Periferia como Centro*, Buenos Aires, La Grujía.

Esterci, Neide
1977 " O Mito da Democracia no País das Bandeiras: Análise dos Discursos sobre Colonização no Estado Novo". *Pesquisa Antropológica*, Brasília, UNB.

Faulhaber, Priscila
1996 "A Territorialidade Miranha nos Rios Japurá e Solimões e a Fronteira Brasil-Colômbia". *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, 12 (2): 279-303.

1998 *O Lago dos Espelhos: Etnografia do Saber sobre a Fronteira*. Belém, Museu Goeldi.

1999a "Prefácio". *In*: Luciana Miranda Costa, *Discurso e Conflito: Dez Anos de Disputa pela Terra em Eldorado do Carajás*, Belém, NAEA/UFPA.

1999b "A Festa de To'oena. Relatos, Performance e Etnografia Ticuna: Os Ticunas Hoje". *Amazônia em Cadernos*, 5, Manaus.

Faulhaber, Priscila e Almeida, Fábio
1999 "Recursos e Representação em Disputa entre os Ticuna". *Boletim do Museu Goeldi*, Série Antropologia, 15 (2) : 271-285.

Forwaker, J.
1982 *A Luta pela Terra: A Economia Política da Fronteira Pioneira no Brasil de 1930 aos Dias Atuais*. Rio de Janeiro, Zahar.

Foucher, M.
1988 *Fronts et frontières: Un tour de monde géopolitique*. Paris, Fayard.

Gluckman, Max
1964 *Closed System and Opoen Minds: The Limits of Naivety in Social Anthropology*. Edinburg, Oliver and Boyd.

Gnacarini, J. C. & Moura, M. M.
1983 "Estrutura Agrária Brasileira: Permanência e Diversificação de um Debate". *Boletim Informativo e Bibliográfico em Ciências Sociais*, São Paulo, Anpocs, 15: 5-52.

Goffman, Ervin
1959 *The Presentation of Self in Everyday Life*. Nova York, Doubleday.

Herzfeld, Michael
1997 *Cultural Intimacy: Social Poetics in th Nation-State*. Nova York, Routledge.

Ianni, Otávio
1979a *A Luta pela Terra*. Petrópolis, Vozes.

1979b *Colonização e Contra-Reforma Agrária na Amazônia*. Petrópolis, Vozes.

Leach, Edmund
1960 "The Frontiers of Burma". *Comparative Studies in Society and History*, 3: 49-67.

Leite, S. S. I.
1943 *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, t. 3.

Léna, Philippe
"Diversidade na Fronteira Agrícola na Amazônia". *In*: Catherine Aubertin (org.), *Fronteiras*, Brasília, UNB/ORSTOM.

Léna, Philippe & Aubertin, Catherine
1986 "Diversidade da Fronteira Agrícola na Amazônia". *In*: C. Aubertin, *Fronteiras*, Brasília, UNB/Orstom.

Léna, Philippe & Oliveira, Adélia
1991 "Introdução: Notas sobre Expansão de Fronteiras e Desenvolvimento na Amazônia". *In*: Philippe Léna e Adélia Oliveira. (orgs.), *A Amazônia e a Fronteira Agrícola: Vinte Anos Depois*, Belém, CNPq/Museu Goeldi.

Lenin, V. I.
1980 *O Programa Agrário da Social Democracia na Primeira Revolução Russa de 1905-1907*. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas.

Lippi, Lúcia (org.)
1982 *Estado Novo. Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro, Zahar.

Lobo, Lahmeyer
"Fronteiras Étnicas na América Latina: Fronteiras Móveis". *Humanitas. História: Fronteiras*, vol. II, São Paulo, ANPUH/FFLCH/USP, pp. 699-710.

Lopez, T. P. A.
1988 "Vínculos Makunaíma/Makunaíma". *In*: _____. (coord.), *Macunaíma: Edição Crítica*. Florianópolis, Editora da UFSC.

López-Garcés, Claudia Leonor
2000 *Etnicidade e Nacionalidade nas Fronteiras: Ticunas Brasileiros, Colombianos e Peruanos*. Tese de doutorado, Brasília, UnB, Antropologia, Centro de Pesquisa e Pós-graduação sobre América Latina e Caribe/CEPPAC.

Malcher, J.
1963 *Por que Fracassa a Proteção aos Índios*. Brasília, SPI, mimeo.

Martins, José de Souza
1983 *Os Camponeses e a Política no Brasil: As Lutas Sociais no Campo e seu Lugar no Processo Político*. Petrópolis, Vozes.

1997 *Fronteira: A Degradação do Outro nos Confins do Humano*. São Paulo, Hucitec.

Moraes, Eduardo Jardim
1983 *A Constituição da Idéia de Modernidade no Modernismo Brasileiro*. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, UFRJ, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Musumeci, L.
1984 *O Mito da Terra Liberta: Colonização "Espontânea", Campesinato e Patronagem na Amazônia Oriental*. Tese de doutorado apresentada no Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ (publicada como livro em 1988 em São Paulo, Anpocs/Vértice).

Nimuendaju, Curt
1983 *Os Apinayé*. Belém, CNPq/MPEG.

Oliveira, João Pacheco
1989 (org.), *Os Poderes e as Terras dos Índios*. Comunicação PPGAS. Rio de Janeiro, Museu Nacional, UFRJ.

1988 *O Nosso Governo: Os Ticuna e o Regime Tutelar*. Rio de Janeiro, Marco Zero/CNPq.

Parsons, Talcot
1951 *The Social System*. Glencoe, The Free Press.

Raffestin, C. & Bresso, M.
1979 *Travail, espace, pouvoir*. Lausanne, L'Age D'Homme.

Raffestin & Guichonnet
1974 *Géographie des frontières*. Paris, PUF.

Ribeiro, Darcy
1957 "Culturas e Línguas Indígenas no Brasil". *Revista de Educação e Ciências Sociais*, 2 (6): 55-100, Rio de Janeiro, CBPE.

1979 *Frontières indigènes de la civilization*. Paris, Union Générale.

Sahlins, Peter
2000 "Repensando Boundaries". *In*: Alessandro Grimson (comp.), *Fronteiras, Naciones e Identidades: La Periferia como Centro*, Buenos Aires, La Grujía.

Santos, Roberto
1982 *Direito e Mudança Social: O Problema da Terra na Amazônia Brasileira.* Comunicação apresentada na conferência sobre Expansão da Fronteira na Amazônia. Centro de Estudos Latino Americanos da Universidade da Flórida, 1-37.

Schimink, M. & Wood, C.
1984 "Forward". *In*: _____ (eds.), *Frontier Expansion in Amazonia,* Gainesville, University Presses of Florida.

1992 *Contested Frontiers in Amazonia.* Nova York, Columbia University Press.

Sprandel, Márcia
2000 "Brasiguayos. Uma Identidad de Frontera. Y sus Transformaciones". *In*: Alessandro Grimson (comp.), *Fronteiras, Naciones e Identidades: La Periferia como Centro*, Buenos Aires, La Grujía.

Suárez, Mireya
1998 "Sertanejo: Um Personagem Mítico". *Sociedade e Cultura*, 1 (1): 29-30, jan./jun.

Suárez, Mireya *et al.*
2001 "Fronteiras: Espaços Imaginados, Lugares Concretos". Url http://unb.br/icscep-pac/pccnal/fronteiras/fronteiras.htm

Turner, F. J.
1963 *The Frontier in American History.* Nova York, Holt, Rinehart&Winston (primeira edição: 1921)

Van Gennep, Arnold
1978 *Os Ritos de Passagem.* Petrópolis, Vozes.

Velho, Otávio
1972 *Frentes de Expansão e Estrutura Agrária.* Rio de Janeiro, Zahar.

1978 "Campesinatos e Política". *Anuário Antropológico*, 77: 277-279.

1979 *Capitalismo Autoritário e Campesinato: Um Estudo Comparativo a partir da Fronteira em Movimento.* São Paulo/Rio de Janeiro, Difel.

Velloso, Mônica Pimenta
1983 *O Mito da Originalidade Brasileira: A trajetória Intelectual de Cassiano Ricardo.* Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, PUC.

1987 *A Brasilidade Verde-Amarela: Nacionalismo e Regionalismo Paulista.* Rio de Janeiro, CPDOC/FGV.

Wagley, Charles
1984 "Introduction". *In*: Schmink & C. Wood (eds.), *Frontier Expansion in Amazonia*, Gainesville, University Presses of Florida.

Waibel, Leo
1955 "As Zonas Pioneiras no Brasil". *Revista Brasileira de Geografia*, ano XVII, 4: 389-422, out./dez., Rio de Janeiro, IBGE.

Weber, Max
1947 *The Theory of Social and Economic Organisation* (traduzido por A. M. Henderson e Talcot Parsons). Glencoe, The Free Press.

Wilson, Thomas & Donnan, Hastings
1999 *Borders: Frontiers of Identity, Nation and State*. Oxford/Nova York, Berg Editorial Offices.

Resumo

A Fronteira na Antropologia Social: As Diferentes Faces de um Problema

A palavra fronteira evoca uma multiplicidade de sentidos. Como conceito, tem sido definido de diferentes maneiras. Desde o início do século XX, vem sendo objeto de abordagens disciplinares distintas que fazem uso de definições diferentes, expressas por meio de noções tais como "limite identitário nacional ou internacional", "fronteira móvel", "frente de expansão", "terreno não estruturado", "espaço aberto, porém controlado", "lugar de passagem e conversão" e "ponto de encontros sociais". Com o propósito de refletir sobre os usos históricos e contemporâneos do conceito de *fronteira*, toma-se aqui como tema central os problemas relativos à conceitualização, bem como as diferentes construções analíticas da *fronteira*, sobretudo no campo da antropologia social no Brasil

Palavras-chave: fronteira; fronteira móvel; limites internacionais; limites identitários; lugares de passagem.

Abstract

The Frontier in Social Anthropology: different aspects of a problem

The word "border" evokes a multitude of meanings. As a concept, it has been defined in many ways. Since the beginning of the twentieth century it has been object of different disciplinary approaches using different definitions, expressed by notions such as "national or international identity boundary", "mobile frontier" " economic expansion, "non-structured terrain" "open, yet controlled, space", a "place of transition and conversion", and "point of social encounters". I propose to reflect upon the historical and contemporary uses of the concept of the border. As a central theme, I address problems associated with its conceptualization. Moreover, I examine different analytical constructions of the term, primarily pertaining to the field of social anthropology as practiced in Brazil.

Keywords: border; mobile frontier; international boundaries; identity boundaries; places of transition.

Résumé

La Frontière dans l'Anthropologie Sociale : Les Différents Aspects d'un Problème

Le mot frontière évoque une multitude de sens. En tant que concept, il a été défini de différentes façons. Depuis le début du XXe, il a été l'objet d'abordages disciplinaires distincts qui font usage de définitions différentes, exprimées au moyen de notions telles que celle de "limite d'identité nationale ou internationale", "frontière mouvante", "front d'expansion", "terrain non structuré", "espace ouvert, néanmoins contrôlé", "lieu de passage et de conversion" et "point de rencontres sociales". Dans le but de réfléchir à propos des usages historiques et contemporains du concept de frontière, nous adoptons comme thème central les problèmes relatifs à la conceptualisation, ainsi que les différentes constructions analytiques de la frontière, surtout dans le domaine de l'anthropologie sociale au Brésil.

Mots-clés: frontière; frontière mobile; limites internationales; limites d'identités; lieux de passage.